



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 11/2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE MAIO DE 2012

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e doze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva e Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

FALTAS

Foi justificada a falta do Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, por motivos profissionais, o qual foi substituído pelo Vereador, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Operações Orçamentais: Duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e cinco euros e cinquenta e três cêntimos.-----

Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à sétima Alteração/Modificação ao Orçamento 2012 – Despesa os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Ata. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADORA, DRA. ANA CRISTINA LOBATO PINTO FRÓIS FIGUEIREDO SILVA. -----

A Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis Figueiredo e Silva, interveio, começando por afirmar que gostara bastante da sessão das Jornadas Profissionais desenvolvidas pela Escola Profissional, dizendo ter sido uma sessão com muita qualidade. Realçou, também, a decisão da Gerência no que concerne à atribuição dos “Prémios de Mérito”, aumentando o respetivo valor e atribuindo mais prémios, o que, na sua opinião, era de realçar, pois fora um grande incentivo para os alunos que foram distinguidos. -----

Aditou que gostara, particularmente, do segundo colóquio, salientando a participação e adesão das pessoas, bem como o envolvimento dos alunos, digno de registo nos dias de hoje.-----

Continuando no uso da palavra referiu, também, que gostava muito dos quadros que estavam no Cineteatro, que valorizavam muito aquele espaço. ----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por manifestar preocupação com a nova Lei relativa ao Setor Empresarial Local e às suas implicações nas autarquias e nas empresas municipais, nomeadamente a Desmor e a Escola Profissional de Rio Maior. Considerou, no entanto, não haver grandes preocupações no que respeita à empresa Desmor, uma vez que o seu grau de dependência do município caminha no sentido de ser inferior a cinquenta por cento. -----

Mais disse, que quanto à Escola Profissional a classificação de comparticipação pública, podia afetar o futuro da escola, enquanto empresa municipal e isso preocupava-o, pois se havia instituição que não implicava encargos para o município, a Escola Profissional era uma delas, acrescentando o facto de trazer para o município prestígio e exemplo de boas práticas, que têm sido seguidas a nível nacional, situação esta por todos reconhecida.-----

De seguida, recordou um trabalho elaborado pelo Dr. Arribança, antes de ser Presidente da Assembleia Municipal, que acompanhara os estatutos da Desmor enquanto sociedade por quotas e, também, quando foi transformada em empresa municipal. Solicitou, ainda, à Sra. Presidente da Câmara que fosse realizado um estudo relativo à implicação da nova Lei no futuro da Escola Profissional, por forma a salvaguardar o prestígio da escola e a sua continuidade enquanto estabelecimento de ensino, realçando o trabalho prestigiante que tem sido desenvolvido pela escola e, também, a resposta que tem sido dada, em termos de formação, ao setor privado, às empresa e à região. Salientou, também, a necessidade de serem salvaguardados os postos de trabalho que foram criados. -----

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA-----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, começando por se reportar ao programa “Comenius”, que visa o intercâmbio de saberes entre escolas, dinamizado pelas várias escolas e agrupamentos do Concelho de Rio

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Maior. Salientou que este tipo de projetos são prova de uma Europa cada vez mais unida. Aditou que este tipo de projetos permite que os jovens troquem conhecimentos e tenham novas experiências e desta forma vejam os seus horizontes mais alargados. -----

Informou que estivera, esta semana, no Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal a assistir a um programa que se intitulava “Langues en mouvement”, resultante de uma parceria estabelecida entre a EB Marinhas do Sal de Rio Maior e uma Escola da Holanda. Aditou tratar-se de um projeto que visa principalmente a melhoria de resultados escolares nas línguas estrangeiras, destacando a oportunidade dada aos jovens em identificarem aspetos positivos e negativos das suas escolas, na sua educação e nos seus modos de vida, com base nas novas vivências adquiridas, promovendo assim o seu sentido crítico com a perspetiva de saber que todos podem aprender melhor. -----

Terminou a sua intervenção referindo que este tipo de projetos devem ser realçados dando o apoio necessário para que não se perca a noção de que Portugal é Europa e que Portugal pertence à Europa. -----

VEREADORA, DRA. SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO.-----

A Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, interveio, começando por manifestar a sua satisfação pelo êxito das “XIX Jornadas Pedagógicas da Escola Profissional” que revelaram um grande dinamismo, quer da escola, quer dos seus alunos e professores. -----

Seguidamente reportou-se à ação de formação realizada pelo CEFA referente ao “Serviço de Estrangeiros e Fronteiras”, na área da legalização e tramitação dos documentos, disse que a mesma fora ministrada por uma inspetora, e que visou melhorar o acolhimento dos emigrantes no Concelho de Rio Maior. Aditou ter-se verificado uma adesão bastante boa, quer por parte dos serviços da Câmara Municipal, quer por parte das Juntas de Freguesia, contando, também, com a participação de outras entidades. -----

Referiu tratar-se de uma iniciativa do CLAII, núcleo local de inserção da população imigrante, dizendo considerar esta ação muito positiva. -----

Continuando no uso da palavra, a Vereadora, Dra. Sara Fragoso, deu

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

conhecimento que decorrera uma fase de entrega de alimentos, no âmbito do programa comunitário de apoio alimentar a carenciados, dizendo que era uma iniciativa dinamizada pela Segurança Social e que eram os serviços de Ação Social do Município que faziam essa distribuição. -----

Aditou, ainda, desconhecer o futuro deste programa, que considerou ser de extrema importância, dizendo que estava a ser equacionado ao nível comunitário, o que lamentava, pois as populações mais carenciadas precisam cada vez mais deste apoio alimentar. -----

Terminou a sua intervenção salientando o lançamento do “Programa de Fortalecimento Familiar” que decorreu na passada semana, na cidade de Rio Maior, com a presença do Dr. Armando Leandro, da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens (CPCTJ) e o Presidente das Aldeias SOS, os quais, numa cerimónia formal, apresentaram o programa destinado às famílias das crianças apoiadas pela CPCTJ em risco de serem retiradas às famílias. Mais disse que se pretendia trabalhar diretamente com as famílias em horários muito próximos das necessidades dessas famílias, no sentido de serem criadas condições para que as crianças e os jovens possam permanecer em família. -

Opinou tratar-se de um programa extremamente importante, principalmente na fase que se atravessa, salientando a disponibilidade dos elementos ligados a este programa, trabalhando com outras famílias e com outras comunidades, inclusivamente com as escolas no sentido de fazer, também, prevenção primária e secundária de situações de risco.-----

Frisou a importância de um programa desta natureza ter sido lançado em Rio Maior, dizendo que se trata de um trabalho que vai ter o acompanhamento da Universidade de Coimbra, ao nível da formação e acompanhamento das várias ações, para que seja um programa de sucesso, a bem das crianças e jovens. --

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, iniciou a sua intervenção referindo-se em primeiro lugar à Escola Profissional, considerando-a uma Escola de prestígio e de ensino de qualidade, opinando concordar com a intervenção do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, salientando a preocupação que

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

todos devem ter relativamente ao futuro da escola. -----

Aditou que este assunto já fora abordado, embora ainda não se soubesse a evolução ou a tendência que a nova Lei ia impor, dizendo que era uma preocupação para o executivo a curto prazo. -----

Continuando no uso da palavra reportou-se à ANMP, referindo que ouvira com atenção, num canal televisivo, a intervenção do Dr. Fernando Ruas sobre as autarquias em geral, designadamente a questão do corte dos cinco por cento das receitas provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis. Opinou que todas as autarquias, um pouco no seguimento do que já fez Faro, Beja e Portalegre, se deviam unir e tomar uma posição, independentemente do partido, pois com todo este estrangulamento, designadamente a lei dos compromissos, questiona até que ponto, no ano de dois mil e treze, haverá pessoas disponíveis para se candidatarem a cargos políticos. Considerou tratar-se de uma preocupação que deve ser transversal a todas as autarquias, desde as pertencentes ao Bloco de Esquerda, até às pertencentes ao CDS. --

Aditou que a situação não era fácil, que independentemente de se concordar ou não com as decisões que estão a ser tomadas pelo Governo, cada um tem a sua opinião, acima de tudo foram eleitos para defender os interesses locais, sendo impossível defender estes interesses com os estrangulamentos existentes, dizendo que têm aumentado semana, após semana. -----

Ainda no uso da palavra referiu-se a uma reunião realizada com a empresa Águas do Oeste, em que estiveram presentes representantes da empresa Águas de Portugal, tendo sido afirmado pelos responsáveis, que a estratégia governamental, relativamente às Águas de Portugal era a manutenção das águas e do saneamento e a privatização dos resíduos. -----

Seguidamente reportou-se aos pagamentos em atraso, dizendo que se verificou uma flexibilização por parte da empresa Águas de Portugal, no sentido dos pagamentos em atraso passarem a ser de quatro anos, com as percentagens de 20% no primeiro ano, 25% no segundo e terceiro ano e 30% no quarto ano, que será formalmente comunicado, durante a próxima semana, pela empresa Águas do Oeste. -----

Disse, ainda que fora foi dito na citada reunião, que está a ser iniciado um processo de verticalização, que se espera concluído até trinta e um de

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Outubro, para entrar em vigor em 1 de Janeiro do próximo ano, em que os vários operadores de fornecimento de água em alta, nomeadamente as Águas do Oeste, Águas de Aveiro e todas para norte, irão ser fundidas numa só empresa e a empresa que vier a ser criada irá fazer o fornecimento não só da água em alta, mas também ficará responsável pela baixa, quer para as águas, quer para o saneamento. -----

Ainda sobre esta matéria, informou que a adesão dos municípios é voluntária, prevendo-se o pagamento de uma renda anual de cinco por cento sobre o volume de negócios do conjunto dos municípios. Aditou que os trabalhadores que quiserem passar para essa nova empresa pública terão um acréscimo de 20% no vencimento e outras regalias, se não quiserem continuarão nas autarquias. Disse, também que quanto às máquinas, carros e outros equipamentos, se as autarquias o entenderem são transferidos para essa nova empresa e a renda média que apontam de cinco por cento tem a ver com os investimentos a fazer, pois se não houver necessidade de investimento a renda a receber poderá até ser superior. Mais disse que todo este processo será, na devida altura, presente a Reunião de Câmara, devidamente fundamentado.-----

Reportou-se seguidamente ao estado de degradação em que ficaram as vias nos locais onde passaram as condutas das Águas do Oeste, informando que já se realizara uma reunião e ia, também, realizar-se uma visita com os técnicos das Águas do Oeste aos locais em causa, para se chegar a uma decisão final relativamente à estrada Arruda dos Pisões/Malaqueijo, Arruda dos Pisões/Correias, Estrada do Laroujo, Estrada da Venda da Costa, entre outras.

Ainda no uso da palavra o Vereador, Dr. Carlos Frazão referiu-se ao “Mercado Diário”, informando que se aproximava a finalização das obras, dizendo que se esperava que até final do mês de Junho as obras ficassem concluídas.-----

Seguidamente o mesmo Vereador, reportou-se ao espaço polivalente onde ficará instalada a Loja do Cidadão, informando que as obras estão a decorrer a bom ritmo, salientando que a empresa “Secal” tem tido o cuidado de contratualizar sub-empregados do Concelho de Rio Maior, estando no momento cinco empresas do Concelho a trabalhar naquele espaço,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

nomeadamente empresas de eletricidade, águas e esgotos, estuques, alumínios e tetos falsos, o que representava uma ajuda para as Empresas do Concelho de Rio Maior. -----

Informou, seguidamente, que as obras no Centro de Estágios, iam ter início na próxima semana.-----

Continuando no uso da palavra referiu-se à empresa Tecnoedif, relativamente à eficiência energética das Piscinas Municipais, informando que durante a próxima semana iam arrancar com a colocação de cento e vinte painéis solares, entre outras alterações, no sentido de colmatar as deficiências existentes.-----

Finalizou a sua intervenção referindo que na Estrada de Abuxanas já estavam colocados os micro aglomerados, não na totalidade do pavimento, mas nas zonas mais críticas, pensando que assim também a segurança rodoviária melhoraria.-----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, voltou a usar da palavra, agradecendo as informações dadas por todos os Srs. Vereadores, reportando-se à informação prestada pelo Vereador Dr. Nuno Malta, relativamente ao projeto “Comenius”, congratulou-se com o facto de haver nas escolas de Rio Maior professores e Conselhos Diretivos disponíveis para aproveitar estas oportunidades que a Europa proporciona. -----

No que respeita às informações dadas pelo Sr. Vice-Presidente, disse ser extremamente sensível à questão do setor de águas, opinando que terá de ser feito o mesmo que se fez com os lixos. Lembrou que quando se transitou da Resioeste para a Valorsul, a taxa reduziu cinquenta por cento, pois dos quarenta Euros por tonelada passou a cerca de metade, opinando que ao nível das águas tem de ser feito o mesmo, tem de se seguir o mesmo caminho, porque obviamente para os Concelhos do interior, como Rio Maior, fazer um Km de conduta tem o mesmo custo que em Lisboa, só que em Lisboa um Km

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

de conduta serve um número extremamente elevado de utentes, contrariamente ao que acontece no interior, opinando que as pessoas que vivem em Rio Maior têm direito às mesmas condições, só que os custos são totalmente diferentes. Mais disse que só uma empresa a nível nacional poderá encontrar uma situação de equilíbrio que permita que o preço para o utente do interior seja o mesmo que para o utente de Lisboa.-----

Aditou que só quando houver uma empresa que tenha os investimentos e proveitos na globalidade, se poderá caminhar no sentido de haver um preço uniforme para a água. -----

Continuando no uso da palavra manifestou a sua congratulação no que diz respeito à eficiência energética, por se caminhar para soluções que tenderão a resolver o problema. -----

Por último reportou-se à intervenção da Vereadora, Dra. Sara Fragoso, congratulando-se com os projetos desenvolvidos a nível social, dizendo que era muito importante, dentro do que era possível, continuar a fazer-se alguma “coisa” na Câmara Municipal de Rio Maior. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, voltou a intervir para informar que relativamente às águas, todos os municípios da zona Oeste iam entrar no pacote referido, que o único município que ainda não se tinha decidido era a Câmara Municipal de Caldas da Rainha.-----

Opinou que quanto maior for o número de municípios participantes menor será o preço por metro cúbico de água/saneamento. Disse, também, que o estudo que irá ser distribuído aponta para cerca de dois euros e meio por metro cubico, o preço final para o consumidor de água/saneamento, frisando que quanto menos municípios do Oeste, aderirem, maior será o valor. Deu o exemplo da Câmara Municipal de Torres Vedras com um custo para o consumidor que ultrapassa os três Euros por metro cubico. Salientou que Rio Maior tem o valor de um euro e quarenta, por metro cubico, que era o segundo valor mais baixo. -----

Terminou a sua intervenção referindo que também fora dito na citada reunião,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

pelos responsáveis das Águas de Portugal que o principio utilizador/consumidor/pagador vai ser osto em funcionamento a partir de um de janeiro, ou seja mesmo que os municípios, cada um por si, não decidam o aumento real do valor da água/saneamento, o mesmo vai ser imposto, em cerca de dois Euros e meio por metro cubico. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA-----

A Presidente interveio, referindo-se à nova legislação do Setor Empresarial Local, reportando-se às duas empresas municipais, nomeadamente a Desmor, e a Escola Profissional. Assim, salientou dois aspetos fundamentais, um que se prende com a dependência financeira do município e o outro com a questão da soma de três anos de resultados negativos. Disse que em relação à Desmor, concordava com as palavras do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, na medida em que esta empresa tem vindo a diminuir a dependência do município. -----

Aditou que a Desmor tem receitas próprias, dizendo que, nos termos da nova legislação, devem ser de pelo menos cinquenta por cento.-----

No que se refere à Escola Profissional, disse ser uma empresa 80% municipal, que por força da Lei passou a ser empresa municipal, que tem sido uma preocupação, não só agora com esta legislação, mas também o facto das receitas próprias serem reduzidas, que as fontes de financiamento, maioritariamente POPH e Segurança Social, de trinta por cento irão passar para 15%, dizendo que pelo critério das receitas próprias a mesma não cumpre os requisitos exigidos, mas pela dependência do município cumpre por excesso. -----

Aditou que ia solicitar uma reunião com a Associação Nacional de Escolas Profissionais, para analisar a situação no sentido de ser avaliado as alterações que têm de ser feitas.-----

Continuando no uso da palavra, a Presidente referiu-se à reunião do Conselho Geral da ANMP, onde estiveram várias questões em cima da mesa, afirmando que, se não houver da parte do Presidente da República e da parte do Governo outro entendimento relativamente à Lei dos Compromissos, as Autarquias vão paralisar.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Sobre o corte dos cinco por cento do IMI, informou ter sido instaurada pela ANMP uma Providência Cautelar, sobre a legitimidade do Governo, no citado corte. -----

Informou também que fora deliberado, na sequência das questões que têm vindo a público, solicitar reuniões, com caráter de urgência, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Primeiro Ministro, na perspetiva de uma intervenção do Governo, no sentido de permitir a sustentabilidade do Poder Local e das economias locais. -----

A Presidente informou ainda que estava, igualmente, prevista a realização imediata de uma campanha de informação aos associados da ANMP e aos cidadãos em geral, designadamente sobre os principais contributos do Poder Local no desenvolvimento do País e na qualidade de vida dos cidadãos e, também, sobre as consequências que podem resultar da aplicação das medidas em curso, designadamente na prestação de serviços essenciais aos cidadãos. -----

Mais disse que estava prevista a realização de um Conselho Geral para o dia vinte e cinco de maio para analisar a evolução ocorrida face às diligências entretanto realizadas, dizendo que, no caso do quadro geral da situação do Poder Local não se alterar, o Conselho Geral deliberará sobre uma proposta de realização de um Conselho Extraordinário da ANMP e de um conjunto de ações de alerta público sobre as consequências graves das medidas que vão impedir o funcionamento do Poder Local na prestação de serviços aos cidadãos. -----

Continuando a sua intervenção, referiu que, como autarca, tinha algumas preocupações e que, nesse sentido, sentira necessidade de questionar quem “nos tutela e fiscaliza”, tendo sido realizada uma reunião no Tribunal de Contas, questionando, assim e partilhando um pouco daquilo que se passa no Município de Rio Maior, que a última coisa que queria era que ocorressem situações de ilegalidade, pois existem três Tribunais a fiscalizar o Poder Local, o Tribunal Civil, o Tribunal de Contas e o “Tribunal Popular”. Referiu, ainda o facto de quando não existem fundos disponíveis para assumir despesa e quando estão em causa situações de relevante interesse público, que era a Presidente da Câmara a assumir a despesa ou a submeter a decisão da

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Câmara nos casos em que não tem competência própria, dizendo que não queria situações de ilegalidade nem para si, nem para aqueles que têm de deliberar e decidir. -----

Aditou, que na referida reunião, deu como exemplo de despesa que tem de ser assumida, a questão de uma rutura numa conduta de água, ao que lhe responderam que, se for uma situação que aconteça uma vez por ano, se trata de uma situação excecional, caso contrário não pode haver despesa se não existirem fundos disponíveis. -----

Disse que falara também na questão de aquisição de ração para o canil, bem como sobre o equipamento para o Centro Escolar que terá que entrar em funcionamento no próximo ano letivo, por força do Governo encerrar as escolas com menos de 21 alunos, dizendo que as respostas foram pouco conclusivas. -

Mais disse que há que lançar o concurso para os transportes escolares, que pelo valor era um concurso público internacional, que tem um conjunto de procedimentos que têm de avançar, atendendo aos prazos que terão de ser cumpridos, situações sobre as quais não há resposta, dizendo que, neste sentido, retirara o assunto do agendamento da reunião de Câmara, face a todas estas preocupações e constrangimentos. -----

Referiu, ainda, não ser habitual o Tribunal de Contas receber autarcas, mas sim técnicos, dizendo que durante cerca de uma hora e meia de reunião, manifestara a sua preocupação sobre as questões ora apresentadas. -----

Continuando a sua intervenção referiu que pensava que tinha sido eleita para gerir e governar, mas que, neste momento, estava a gerir a dívida, amortizando a mesma, que já se fez a reestruturação dos serviços, que se reduziu no que era possível, que se estava no limite do que se pode diminuir em termos de despesa. -----

Terminou a sua intervenção salientando que algumas das resoluções tomadas foram difíceis de assumir, com a agravante de todos os autarcas terem o rótulo de despesistas, rótulo com o qual não concordava, pois considerava que o conjunto dos trezentos e oito municípios alavancam a economia local. Disse, também, que assumem a gestão local, quer na área social, quer na educação, intervindo, muitas vezes naquilo que, apesar de não haver competência delegada, há responsabilidades, dando como exemplo os custos assumidos,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

pela autarquia, com a creche de Malaqueijo, pois a Segurança Social ainda não avançou com os acordos de colaboração.-----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, agradeceu a intervenção da Sra. Presidente, considerando que o atual Governo está a passar um atestado de incompetência às Autarquias estando a paralisá-las. Recordou que os municípios tiveram sempre uma associação de municípios que os representa e que ao longo das décadas tem sabido manter com os diferentes governos uma posição de luta, de esclarecimento, de procura de soluções.-----

Sobre a intenção de redução dos cinco por cento do IMI, pensa que é um ato ilegal, um ato de prepotência do Governo, lesivo dos interesses dos municípios e dos cidadãos, opinou que a ANMP tem a força que os Presidentes dos Municípios lhes quiserem dar, pois a força da Associação é a força dos seus sócios, sugerindo à Sra. Presidente que subscreva por inteiro as posições que a ANMP tomar nesta luta a travar com o Governo, pois se assim não for e dado não haver receitas próprias para os municípios verifica-se uma total incapacidade de responder às necessidades da população.-----

.
Continuando a sua intervenção opinou que o Poder Local não é algo de ilegítimo, o Poder Local é constitucional, as autarquias têm competências próprias, têm responsabilidades próprias, têm enquadramento legal, têm respostas para dar e meios de financiamento, têm uma lei das autarquias que tem de ser cumprida.-----

Frisou que os Municípios gastaram sempre, dentro de enquadramento legal existente, nomeadamente Rio Maior, que as autarquias cumpriram com as responsabilidades que tinham, dizendo que em situações de crise ainda surgem mais responsabilidades, pois se a economia deixa de responder às necessidades do País, também deixa de responder a nível local, onde as dificuldades são cada vez maiores.-----

Ainda no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, afirmou que o Governo não pode fazer a “sangria” que tenta fazer para com as autarquias, pois se assim for quem perde é o País.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Terminou afirmando que a Sra. Presidente da Câmara contará sempre com o “nosso” voto para subscrever as posições tomadas pela Associação Nacional de Municípios, que, com a força que os Presidentes de Câmara lhe derem, o Governo terá que repensar a política que tem para com as Autarquias Locais.--

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente voltou a intervir e agradeceu que tivessem reconhecido as palavras por si proferidas, quase como um desabafo, pois o Município de Rio Maior tem sempre cumprido as suas obrigações. Aditou que, no âmbito do QREN, a Autarquia foi contemplada na Bolsa de Mérito, dizendo que depois surge esta situação, que pelo enquadramento da despesa de qualquer obra que seja lançada, que a autarquia estava completamente limitada na sua ação. Seguidamente e para terminar a sua intervenção deixou as seguintes notas relativas a recentes alterações: “A Lei das Finanças Locais aprovada em 2006, que nunca foi aplicada, com exceção de seis meses”; “ A diminuição sucessiva das verbas transferidas do Estado para os municípios”; “A delegação de competências sem transferência de meios correspondentes”; “A obrigação dos municípios executarem numerosas competências que a Administração Central se abstém de executar”; “ A brutal diminuição do IMT, da Derrama e das taxas de construção e edificação por força da recessão económica”; “ A asfixia financeira dos municípios com o aumento dos pagamentos em atraso e a redução das receitas”; “A diminuição progressiva do peso das receitas e das despesas municipais e das receitas e despesas do Estado”; “Os sucessivos aumentos da dívida do Ministério da Educação e do Ministério da Solidariedade que só em 2011, em relação à educação pré-escolar, se regista 60 milhões de Euros.” -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

MOÇÃO RELATIVA À REDUÇÃO DE 5% DO IMI – ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DE SETÚBAL -----

Foi presente à Câmara uma Moção relativa à redução de 5% do IMI, da

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

A Câmara tomou conhecimento. -----

STAL – PLENÁRIO DE TRABALHADORES DA VALORSUL -----

Foi presente à Câmara um ofício do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, relativo à resolução do Plenário de Trabalhadores da Valorsul.-----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

**DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº. 3 DO ARTIGO 68º DA LEI
Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.**

***DESPACHO N.º 11/PRES/2012 – APROVAÇÃO DE MINUTA E RESPETIVA CELEBRAÇÃO
DE PROTOCOLO COM A DIRECÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA E A EMPRESA
DE DESENVOLVIMENTO MINEIRO, SA. -----***

Foi presente à Câmara o Despacho nº 11/PRES/2012, exarado pela Presidente da Câmara em 26 de abril, relativo à aprovação de minuta e respetiva celebração de protocolo com a Direção Geral de Energia e Geologia e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA., acompanhado de informação nº 2/UCPCTJ/2012, datada de 20 de janeiro e Processo Interno UCCP 95/2012, de 19 de abril.-----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho nº 11/PRES/2012, de 26 de abril, pelo qual foi autorizada a celebração do protocolo com a Direção Geral de Energia e Geologia e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. --- .

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

CONSUMOS DE ÁGUA – FREGUESIA DE S. JOÃO DA RIBEIRA -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Foi presente à Câmara a informação nº 39/12, da Subunidade de Águas e Saneamento, datada de dezoito de Abril, acompanhada de ofício da Junta de Freguesia de S. João da Ribeira, datado de 12 de abril, relativa a consumo de água. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação em apreço faturar os consumos de água dos meses de janeiro e fevereiro/2012, da Freguesia de S. João da Ribeira, com base na estimativa dos últimos doze meses. -----

Mais deliberou proceder à anulação do processo de execução fiscal, referente ao mês de janeiro, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros ou custas. -----

Deliberou ainda proceder à anulação da receita referente aos consumos dos meses de janeiro e fevereiro/2012, no valor total de 222,54€ e 103,74€, respetivamente. -----

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

BOLSAS DE ESTUDO – RECURSO HIERÁRQUICO -----

Foi presente à Câmara o Processo Interno nº UCCP 357/2012, acompanhado da informação nº 10/UEASS/2012, relativos a Bolsas de Estudo – Recurso Hierárquico. -----

A Câmara deliberou por unanimidade no sentido de anular o procedimento a partir, inclusive, da notificação da lista provisória dos candidatos admitidos e excluídos, e determinou a realização de nova notificação, a qual deverá contar os fundamentos de facto e de direito, conforme mencionado no processo em apreço. -----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A CIMLT E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – PROJETO MAIS LEZÍRIA -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

Foi presidente à Câmara o Protocolo a celebrar entre a CIMLT e o Município de Rio Maior, relativo ao Projeto Mais Lezíria, acompanhado da informação nº 7/DESP/2012, datada de 9 de Março. -----

A Presidente interveio, tecendo diversas explicações sobre o Projeto Mais Lezíria, dizendo que o mesmo teve início no ano de 2011, e que teve como objetivo o envolvimento dos onze municípios em atividades desportivas, disse, também, que este projeto se inseria numa candidatura financiada. Mais disse que os municípios começaram a reduzir relativamente às despesas com os transportes, pois estas atividades decorrem ao fim de semana, e que a CIMILT no sentido de viabilizar a deslocação dos participantes nas atividades, decidiu, nos termos do Protocolo em referência, assumir a respetiva despesa com os motoristas, transferindo para os municípios os valores decorrentes dessa despesa. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, referindo que iam votar favoravelmente este assunto, pois considerava ser bastante importante o Município de Rio Maior entrar em algumas atividades da comunidade, contudo, dado as dificuldades que os municípios atravessam, pois o momento é de crise, têm de ser feitas opções, no sentido do município realizar, apenas, os eventos que não podem deixar de se fazer. -----

A Presidente, voltou a intervir para informar que na atividade “Aeróbica de Rua” realizada em Rio Maior, a Câmara de Almeirim trouxera mais de oitenta participantes. -----

Informou, ainda, que para além do valor do encargo com os motoristas, há também os encargos decorrentes com o combustível e com as portagens. Concluiu dizendo tratar-se de um projeto que deve ser repensado no próximo ano. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o Protocolo entre a Comunidade Intermunicipal e a Camara Municipal de Rio Maior no âmbito do Projeto Mais Lezíria. -----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E
PATRIMÓNIO

ADITAMENTO À RECLAMAÇÃO CADASTRAL AO ARTIGO 38º, SECÇÃO AE, DA FREGUESIA ADMINISTRATIVA DE SÃO SEBASTIÃO E FISCAL DE FRÁGUAS, SITO EM CHÃ DO PINHAL -----

Foi presente à Câmara a informação nº 107/2012, da SUAP, datada de 18 de Abril, acompanhada de parecer jurídico relativa a aditamento à reclamação cadastral ao artº 38º, Secção AE, da Freguesia Administrativa de São Sebastião e Fiscal de Fráguas, sito em Chã do Pinhal. -----

A Presidente apresentou o assunto e deu alguns esclarecimentos sobre o mesmo. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face à informação e parecer jurídico supra indicados, autorizar o aditamento à reclamação cadastral a apresentar no Serviço de Finanças para desanexação de uma área de 12.879,00 m2 do artigo 38º, secção AE, da freguesia administrativa de São Sebastião e fiscal de Fráguas, sito em Chã do Pinhal, omissa na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior e registado no património municipal com a ficha de bens imóveis n.º 422. -----

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA DE RIO MAIOR – CINETEATRO E PARQUEAMENTO CENTRAL – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO -----

Foi presente à Câmara a informação nº 119/2012/SUAP, datada de 2 de maio, relativa ao processo de empreitada de construção da Casa da Cultura de Rio Maior – Cineteatro e Parqueamento Central – Liberação de Caução. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a liberação prestada pelo empreiteiro, no âmbito da empreitada mencionada em assunto, dando cumprimento ao artº 229, do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março. -----

LIBERAÇÃO DE CAUÇÕES – EMPREITADAS -----

Foi presente à Câmara a informação nº 128/2012/SUAP, da Unidade Financeira de Contabilidade, Aprovisionamento e Património e as informações nº 25/2012 – APS da Unidade de Obras Públicas e Equipamentos, relativas à Liberação de Cauções – Empreitadas. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a liberação parcial das cauções, após o término do segundo ano do prazo de garantia das empreitadas, nos termos das informações da UFCAP e UOPE:-----

Topbet – Trab.Obras Pub. P.Bet, S.A. – Fase 1 – Lote 1- Freguesia de Rio Maior : 2.700,25 €;-----

Asibel – Construções, S.A. – Fase 1 – Lote 4 – Freguesia Ribeira de S.João: 445,08 €; -----

Asibel – Construções, S.A. – Fase 1 – Lote 7 – Ligação Mata de Baixo – Mercado de Santana: 3.106,50 €; -----

Asibel – Construções, S.A. – Fase 2 – Lote 4 – Beneficiação entre EM 514 e EM 509 – Vila da Marmeleira – Assentiz: 787,50 €;-----

Civilvias – Construções e Vias,Lda. – Fase 3 – Lote 1 – Beneficiação da Ligação entre Carvalhais / EN 361 - Freguesia de Fráguas: 4. 464,69 €;-----

Topbet – Trab.Obras Pub.P.Bet., S.A. – Fase 4 – Lote 1 – Sinalização e Segurança da EM 508 (Rio Maior – Abuxanas) e Ligação EM 510: 1.544,52€; --

Manuel Conceição Antunes – Const.Obras Públicas, S.A. – Fase 4 – Lote 2 – Beneficiação da Ligação entre as Freguesias de Azambujeira e Moçarria (CM1304 EM 114 Santarém). -----

UNIDADE DE OBRAS PÚBLICAS E EQUIPAMENTOS

DENOMINAÇÃO DE RUAS E PRAÇAS – ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO -----

Foi presente à Câmara a proposta de atribuição de topónimo ao lago existente na Praça do Comércio na cidade de Rio Maior, acompanhada da informação nº 5-2012/Toponímia do SUTTSE, ata da reunião da Comissão Municipal de toponímia e proposta da Comissão de Praxe da Escola Superior de desporto

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

da cidade de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, opinando que ficara extremamente satisfeito ao verificar que o documento em apreço era da iniciativa dos alunos da Escola Superior de Desporto, salientando que quem teve a coragem de propor que a cidade de Rio Maior tivesse vida académica, deve sentir-se extremamente reconfortado, pois os alunos sentem-se bem na cidade de Rio Maior, querendo até dar nomes aos locais mais emblemáticos da cidade. Opinou que a proposta deve ser aprovada por unanimidade, manifestando o seu regozijo por serem os estudantes a escolher aquele espaço, desejando que o mesmo lhes traga boas recordações ao longo da vida.-----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, referindo ser muito bom que os alunos se sintam bem na cidade, informando que numa reunião realizada fora sugerido que fossem os próprios alunos a escolher o nome para aquele espaço. -----

Terminou a sua intervenção convidando todos para estarem presentes na Praça do Comércio onde se realizará o ato simbólico da atribuição do topónimo “Fonte dos Estudantes”.-----

A Presidente interveio, referindo que compete a todos dar continuidade a este projeto, frisando já terem passado catorze anos desde o início da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Recordou que inicialmente tinham pensado num outro nome “ Fonte das Capas Pretas”, mas foram eles próprios que, dada a afinidade que tinham com aquele espaço, que escolheram a designação “Fonte dos Estudantes”. Congratulou-se com o facto dos estudantes terem esta afinidade com a cidade, dizendo ser naquele local que se concentram as atividades que os envolvem, designadamente a queima das fitas. -----

A Câmara Municipal de Rio Maior deliberou por unanimidade, nos termos da proposta em apreço, aprovar o topónimo “Fonte dos Estudantes”, ao Lago existente na Praça do Comércio. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

**PROCESSO N.º 110/2011 – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO E COMÉRCIO
– APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA – JOPITASTUR-INVESTIMENTOS
IMOBILIÁRIOS E TURÍSTICOS, S.A. -----**

Foi presente à Câmara o processo nº 110/2011 – Construção de Edifício para habitação e comércio – Aprovação do Projeto de Arquitetura – JOPITASTUR – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A., acompanhado de pareceres da Unidade de Obras Públicas e Equipamentos e pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, manifestando regozijo pelo aparecimento de um projeto desta natureza e dado que os pareceres técnicos remetem para os projetos de especialidade, deixava um alerta aos serviços para que a adaptação às infraestruturas existentes não se tornem um ónus para o erário público.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face aos pareceres supracitados, deferir o presente projeto de arquitetura. Deve o requerente ser notificado para nos termos do nº 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março, apresentar os respetivos projetos de especialidade no prazo de 6 meses a contar da notificação do ato que aprovou o presente projeto de arquitetura.-----

APROVAÇÃO DE ACTAS

**ATA N.º 4, 5 E 6/2012, RESPETIVAMENTE, DAS REUNIÕES DE CÂMARA DO DIA 10 E 20
DE FEVEREIRO E 09 DE MARÇO -----**

Foi presente à Câmara a ata nº 4/2012, datada de 10 de fevereiro de 2012. -----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a presente ata, com a abstenção do Vereador Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, por não se encontrar

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

presente na reunião a que a mesma dizia respeito.-----

Foi presente à Câmara a ata nº 5/2012, datada de 20 de fevereiro de 2012.-----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a presente ata, com a abstenção do Vereador Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, por não se encontrar presente na reunião a que a mesma dizia respeito.-----

Foi presente à Câmara a ata nº 6/2012, datada de 9 de março de 2012.-----

A Câmara deliberou por maioria aprovar a presente ata, com a abstenção do Vereador Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, por não se encontrar presente na reunião a que a mesma dizia respeito.-----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE EM VALINHOS – FONTE DA BICA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE JOÃO PAULO FERREIRA LUCAS.-----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade.-----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de destaque de parcela em Valinhos – Fonte da Bica, Freguesia de Rio Maior, em nome de João Paulo Ferreira Lucas, acompanhado de pareceres emitidos pela Unidade de Contencioso e Contratação Pública e pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento.-----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, tecendo diversos esclarecimentos sobre a matéria em apreço, referindo que o destaque de parcela era a melhor solução para a situação apresentada.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE MAIO DE 2012

supracitadas, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no nº 4 do artigo 6º do decreto-lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo decreto – Lei nº 26/2010, de 30 de março. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram onze horas e trinta minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente ata, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____